



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

TERRITORIALIDADE DO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

Moema Maria Badaró Cartibani Midlej*
(UESC)

RESUMO

O presente estudo sobre a universidade reconstitui experiência do Ensino Superior na Região Sul da Bahia, a partir de 1960, especificando a trajetória da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). No cenário de transformações estruturais do Ensino Superior no Brasil, a partir de 1960, analisou-se a criação da UESC, cujas relações com o espaço regional consolidou sua territorialidade traduzida na formação de processos identitários locais, em recíproco sentimento de pertencimento e possui projeto acadêmico-institucional identificado com a região onde está geograficamente instalada. Na complexidade de suas funções e de sua atuação, descortina-se a vivência e a realidade regional. Conclui-se, assim, que suas ações são materializadas no lugar, territorializando-as.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidade; Ensino superior; Política educacional.

INTRODUÇÃO

A instituição universitária fundada no Séc. XII vem atravessando o tempo na busca do conhecimento que se produz e reproduz no sentido da mais ampla universalidade, sendo mesmo, os dois termos, considerados como sinônimos.

*Professora Doutora, Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Essa característica, amalgamada no processo científico e tecnológico desenvolvido ao longo do tempo, trilhou o caminho da ciência e da construção do conhecimento sob a égide das generalizações dos fenômenos empíricos, na forma que a moderna epistemologia batizaria de “lei”.

Se, por um lado, rupturas epistemológicas dão à ciência contornos lógicos de análises universais, por outro, cabe à universidade a tarefa de conferir substância e consistência à idéia de universalidade, nutrindo-se das nuances das realidades particulares correspondentes à heterogeneidade de condições em que os homens histórica, econômica, política, cultural e socialmente se estabelecem. É nesse sentido que se busca entender a dinâmica das relações entre a Universidade e o lugar em que está instalada e quais as contribuições efetivas da Instituição para realização do seu compromisso social.

Importa saber como uma Instituição Universitária exerce suas funções em meio a uma realidade e de que maneira se expressa no âmbito da Comunidade onde está inserida, colocando-se diante de preocupações de como compreender o compromisso da Universidade com o seu meio e de interpretar o seu compromisso com valores como a universalidade do conhecimento.

O contexto histórico, no qual se inserem estas reflexões, situa-se no cenário da expansão do Ensino Superior no Brasil, a partir da década de 1960, em que eventos que concretizaram o percurso das Instituições Universitárias brasileiras, provocaram as transformações acadêmico-estruturais na Universidade e na Sociedade.

Neste cenário, o presente estudo particularizou a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que foi criada e está em processo de expansão sob um quadro político de interiorização do Ensino Superior, justificando seu projeto acadêmico-



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

institucional no desenvolvimento de sua região de inserção, traçando-lhe um perfil identificado com a região onde está geograficamente instalada.

Assim, região de influência contribui para sustentação das ações da Universidade, à qual cabe a função precípua de articulação entre o saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana.

REGIÃO: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

A articulação entre Universidade e contexto remete à consideração de que a localização geográfica constitui-se um importante indicador da inter-relação existente entre os fatores que particularizam as instituições universitárias, quando analisadas nos seus contextos locais.

Entretanto, a materialidade da regionalização como objeto das heterogeneidades particulares da sociedade, no que permite ao conhecimento vislumbrar teorias originais com validades universais, remete a dificuldades no delineamento das categorias a serem consideradas, frente ao caráter multifacetário da configuração espacial, na sua construção histórica, conforme discute Carlos (1994, p. 46).

A paisagem não é só produto da história; ela reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer, do beber, enfim, do viver. Como determinar as diferenciações que existem a partir de cada elemento da relação entre os membros da sociedade? Como articular o “novo” e o “velho”, o “rico” e o “pobre”, o “singular” e o “universal”?

Milton Santos (1997, p. 45) afirma que “Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc. com seus mais distintos níveis de contradição”. Por essas razões, no debate acadêmico que



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

se estabeleceu sobre a existência de regiões, diversas concepções são postas para significar realidades regionais subjacentes.

O trânsito por diferentes enfoques permite observar que a geografia abandona a idéia de paisagem fixa e os fenômenos passam a ser estudados em função das relações social e historicamente construída, mais analítica, a partir da superação das descrições regionais e da reflexão sobre o objeto de estudo.

Nesta perspectiva, ressalta-se a questão da explicação de um determinado fenômeno a partir do ponto de vista da espacialidade, ou seja, a dimensão espacial da realidade social e o papel do espaço na (re)produção da vida humana (CARLOS, 1994, 21-22). A “região” torna-se, então, uma importante categoria para que se possa compreender uma realidade particular dentro de um panorama global, onde as características históricas, aspectos culturais e outras conexões façam a diferença e sejam captados na totalidade do processo.

Na escolha espacial para implantação de instituições universitárias, normalmente são estabelecidos critérios para delimitação de áreas geo-educacionais, porém, não se observam padrões de localização de instituições ou unidades universitárias, conforme constatou Nádia Fialho (2000), em estudo sobre Universidade Multicampi:

[...] tomando por base os princípios da teoria das localidades centrais e procurando verificar correlações entre tamanho da cidade e a oferta de cursos, encontram parâmetros entre esses aspectos, mas, por outro lado, despertaram indagações quanto a ocorrência de fenômenos que parecem ir além das demarcações tradicionais, ou seja: cidades de maior porte, localizadas em centros metropolitanos e outros centros regionais importantes” (p. 173), concluindo não haver limite dimensional para a localização de cursos ou unidades, mas “... o lugar onde a universidade existe está permeado pela articulação entre o espaço físico e o espaço social”. (FIALHO, 2000 p. 175).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Neste sentido, a região de influência, delimitadas sob esses critérios, equivale à região homogênea, com vistas a desenvolvimento de programas e intervenções planejadas do setor público. Entretanto, a autora, referindo-se ao processo de expansão do ensino superior no Brasil, assinala:

O assentamento de estruturas universitárias no espaço geográfico encontra-se imbricado com o desordenado processo de expansão da educação superior, reflexo da ausência de planejamento, mediante o qual buscou-se, praticamente, apenas reunir, em torno de um nome de universidade, estruturas de ensino superior preexistentes. (FIALHO, 2000 p. 175).

Assim a instalação de uma instituição universitária em determinado lugar ganha contornos sócio-espaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

A TERRITORIALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ANTECEDENTES

O contexto das transformações estruturais do Ensino Superior no Brasil, a partir da década de 1960, culminando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei 4.024 de 20/12/1961), viabilizou a expansão do sistema através da oferta de escolas de 3º grau no interior do país.

Na Bahia, surgiram iniciativas de instalação de escolas isoladas, em sua maioria de natureza jurídica privada, nas principais cidades do interior do Estado, que viriam a se constituir Universidades hoje mantidas pelo Estado. Na região



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

denominada “cacaueira”, que à época ocupava lugar de destaque na economia baiana e nacional, implantaram-se em Ilhéus e Itabuna quatro escolas de 3º grau: Faculdade de Direito de Ilhéus (autorizada em 19/05/1960, iniciando suas atividades em 20/01/61), Faculdade de Filosofia de Itabuna (autorizada em 05/10/60, iniciando suas atividades a partir de 02/01/1961) Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (autorizada em 08/08/1970, iniciando suas atividades em 01/03/1967) e Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus (criada em 1963).

Pode-se notar que idealismo, mobilização da sociedade e comprometimento do poder público municipal foram os responsáveis pela emergência do terceiro grau na região.

No panorama do Estado, as iniciativas de interiorização do Ensino Superior na região se deram de forma diferenciada, com a decisiva presença do governo estadual na criação de faculdades, especialmente voltadas para formação de professores:

[...] investida do Governo Estadual no ensino superior, depois da fundação da Escola Agrícola da Bahia, em 1877, do Instituto Politécnico, em 1896 e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1941 [todos localizados na capital do Estado], representou a criação, em 25 de outubro de 1962, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, de Jequié, de Feira de Santana, de Ilhéus, de Caetité e de Juazeiro, sendo que algumas delas só entraram em funcionamento a partir de 1971, e outras nem chegaram a ser instaladas. Em 1968, é criada também pelo Governo do Estado, a Faculdade de Educação de Feira de Santana, especialmente para formação de professores (SERPA e CUNHA, 2002, p. 18).

Em informações coletadas na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia nos Livros de Registros de Projetos de Lei, Diários da Assembléia (DA) e Diários Oficiais (DO), observou-se que tramitou, a partir de 1959, projeto de criação de uma



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Ilhéus, o qual foi arquivado e posteriormente reconstituído em 1961 pelo Deputado Hamilton Cohim, incluindo outras cidades, e aprovado por aquela casa legislativa. Entretanto, em algumas cidades as faculdades não entraram em funcionamento, como foi o caso de Ilhéus.

Em 1960, foi idealizada a Escola de Agronomia no Sul do Estado. Protocolado sob nº 1.594/60, o Projeto de Lei não recebeu registros de tramitação.

Em 1964, registra-se a primeira iniciativa de estadualização da Faculdade de Direito de Ilhéus. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, em 1967, opinou que o processo fosse encaminhado ao Conselho de Educação e Cultura, em observância à LDB.

Em 1969, autorizava-se a instituição da Fundação Universidade do Sul da Bahia, mas esta não chegou a se efetivar.

Assim, enquanto nas demais regiões da Bahia o Estado assume a iniciativa de implantação e manutenção de Instituições de Ensino Superior, na região “cacaueira”, as iniciativas observadas são fruto de mobilização da sociedade regional que buscava preservar a independência administrativo-financeira, através da opção de instalação de Instituições privadas, com financiamento e gestão de órgãos e entidades locais.

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ - FUSC E A FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE ILHÉUS E ITABUNA - FESPI

O Ensino Superior na região, a partir de 1960 e a CEPLAC, com o seu Centro de Pesquisas do Cacau, à época, excelência mundial em Agricultura Tropical, alçaram o eixo dinâmico da economia regional Ilhéus/Itabuna ao inquestionável papel de motor do desenvolvimento regional.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A importância econômica e cultural que a região exercia no Estado da Bahia, mereceu por parte do governo Luís Viana Filho (1967-1971), através do Plano Integral de Educação e Cultura do Governo do Estado (1969) da Secretaria de Educação e Cultura, à frente Professor Luiz Navarro de Brito, a criação da Universidade do Sul da Bahia, a ser mantida pelo Estado, cujo decreto previa a incorporação das unidades isoladas existentes.

Gestões para este fim foram feitas, conforme Nascimento (1995, p. 18):

A idéia da Universidade do Sul da Bahia foi imediatamente apoiada pela CEPLAC que, cumprindo convênio firmado com o governo estadual, fez a sua primeira dotação orçamentária, da ordem de dois milhões de cruzeiros para ajudar a construí-la. Tinha início o predomínio da CEPLAC sobre o processo de implantação do ensino superior na Região, determinando a substituição da idéia de Universidade Sul da Bahia, de caráter público pela Universidade de Santa Cruz de caráter privado.

Travam-se, então, nos bastidores, disputas entre os poderes político (representado pelo governo do Estado) e econômico (representado pela CEPLAC, que tinha o apoio dos produtores de cacau), resultando na hegemonia do segundo, e a conseqüente formatação da Instituição que viria a comandar os rumos do Ensino Superior na região.

A constituição da Fundação Universidade de Santa Cruz (FUSC), como entidade de direito privado, se efetivou através de escritura pública, em 11 de agosto de 1972, (posteriormente passou a ser denominada de Fundação Santa Cruz), tendo na composição do Conselho Superior representantes de instituições ou entidades financeiramente capazes de sua manutenção. Nesta configuração, o forte vínculo da sociedade regional (econômica e política) com a instituição de ensino superior que estava sendo gestada, sob a liderança do então órgão de desenvolvimento regional mais importante, a CEPLAC, sobrepujando, inclusive a Secretaria de Educação



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Estadual, revelando um sentimento de independência e autonomia administrativo-financeira.

Assim, com o apoio financeiro e institucional de organismos da comunidade regional, deslança-se a construção da estrutura física da futura Universidade, ao tempo em que o Conselho Diretor da FUSC promove os trâmites necessários à implantação na nova Instituição.

A criação da FESPI se deu nos moldes da Lei 5.540/68 em forma de Federação de Escolas, para permitir a ocupação imediata do *campus* em construção, a qual viabilizava a transição para a futura Universidade, reunindo os estabelecimentos de Ensino Superior existentes na região, à exceção da Faculdade de Sociologia por não ter seu curso até então autorizado.

O Conselho Diretor da FESPI era composto por seu Diretor Geral, pelos três diretores das faculdades que formavam a Federação, e 5 (cinco) representantes da CEPLAC.

Durante o tempo de funcionamento da Federação, dois dos três diretores gerais que exerceram o cargo, eram também funcionários da CEPLAC. Assim, revela-se a hegemonia do órgão nas estruturas de poder da Instituição Universitária e a efetivação do seu ideário.

A FESPI, segundo documento para credenciamento da UESC:

[...] tinha seu orçamento mantido por anuidades e taxas, dotações da CEPLAC e alguns recursos do Estado, através de verbas do Instituto de Cacau da Bahia. As duas principais fontes, CEPLAC e anuidades, foram drasticamente reduzidas entre 1986 e 1988, inviabilizando a sua manutenção (UESC, 1999, p. 15).

É importante salientar que a principal fonte de recursos da FESPI era a CEPLAC, além das taxas e anuidades dos alunos. Os recursos da CEPLAC eram



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

provenientes da quota de contribuição cambial, fixada em 1962, sobre o valor das exportações de amêndoas de cacau (15%) e derivados (5%) e, posteriormente (1972), equalizada em 10% (MIDDLEJ, 1991).

A quota de contribuição cambial foi, indiscutivelmente, um instrumento de grande valia para o funcionamento da CEPLAC e fator gerador de progresso, transformando-a no principal agente financiador de desenvolvimento local.

A partir de 1980, a taxa de retenção foi transformada em imposto sobre exportação de cacau, e a receita gerada a partir desta data, passou a ser recolhida diretamente pelo Tesouro Nacional. Esta mudança estrutural na forma de financiamento da CEPLAC, com a incorporação do orçamento do órgão ao orçamento fiscal da União, acarretou barreiras operacionais no desenvolvimento dos programas e convênios mantidos e dificuldades nos repasses dos recursos.

A repercussão deste panorama no financiamento da FESPI foi de grande magnitude, com a drástica redução das verbas da CEPLAC, destinadas ao ensino do 3º grau até 1986 e seu corte completo em 1987.

Nesse período, a comunidade acadêmica começou o debate interno acerca das possibilidades de estatização da Instituição, prevalecendo um sentimento de que a federalização seria o caminho mais plausível, tendo em vista que seu patrimônio tinha origem em recursos provenientes de órgão ligado ao governo federal, além do argumento de que a Bahia contava com apenas uma Universidade Federal, em um Estado de tamanho e porte econômico equivalentes a outros, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que eram dotados de quatro ou cinco Universidades Federais.

Na época, tramitava, também, no Conselho Federal de Educação, o processo de Carta-Consulta elaborado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP) e internamente, um Grupo de Trabalho analisava a implementação de uma Universidade voltada para o desenvolvimento regional.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Foi um período de grande mobilização interna. Promoveu-se, no seio da APRUNI (Associação dos Professores Universitários de Ilhéus e Itabuna), um estado de mobilização permanente, até que o problema fosse solucionado.

A CEPLAC, nesse período, também passa por intensa mobilização interna, liderada por entidades representativas do funcionalismo, que se organizavam em categorias funcionais. Houve mudanças na Direção da CEPLAC, que passou por um período de instabilidade, incluindo a possibilidade de sua extinção.

Por mudanças, também, passou a direção da FESPI, em 1985, em processo tumultuado de indicação do Diretor Geral da FESPI, em confronto com a manifestação da comunidade acadêmica.

Em 1987, um relatório dá conta dos intransponíveis problemas financeiros da FESPI, com as fontes de recursos que contava, do sentimento hostil alimentado pela comunidade acadêmica com relação à CEPLAC, atribuído à diminuição de repasses financeiros por parte do órgão e grande ingerência por se constituir maioria no Conselho Diretor da Instituição, do distanciamento técnico-científico mantido pela CEPLAC (CEPLAC, 1987).

Foi nesse mesmo ano que a CEPLAC cessou o repasse do fluxo de recursos para a FESPI, provocando a intensificação da luta de professores e estudantes pela estatização da Instituição, alcançando seu clímax em março de 1988, quando se deflagrou uma greve geral com seis meses de duração e culminou com o compromisso do governo do Estado em manter a FESPI e promover sua assunção à condição de Universidade Estadual.

A mobilização da comunidade acadêmica e sociedade regional constituiu-se em movimento sem precedentes, influenciando fortemente a decisão do governo do Estado em abarcar o Ensino Superior da região, mesmo com grande resistência de



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

setores do governo e demais Universidades Estaduais, em face da concorrência dos recursos públicos já considerados excessivamente escassos.

Porém, em 28/09/1988 o governador do Estado, Sr. Waldir Pires, anunciou a decisão de estadualizar a FESPI, transferindo, inicialmente, recursos do Estado através de convênios e promovendo os atos legais que permitiram a transição institucional, criando, a Fundação Santa Cruz (FUNCRUZ), através da Lei 4.816 de 28/12/88, para manutenção da FESPI.

Posteriormente, a Lei 6.344, de 05/12/91, instituiu a Universidade Estadual de Santa Cruz, integrada ao Sistema Estadual de Educação.

O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA UESC

A criação da UESC se efetivou em “um momento muito significativo, visto que não nasceu por força de um decreto, mas fruto de uma ação reivindicatória” (SANTOS, 2004, p. 116-117).

O período entre o final da década de 1980 e início de 1990 foi marcado por acontecimentos de grande repercussão nos rumos da economia e da política, tanto no nível global como local, influenciando as decisões e forma de condução do processo de implantação da UESC.

Entravam em pauta disputas de poder político e econômico, adesão a teses neoliberais, mudanças estruturais no Estado brasileiro e nas organizações e profunda crise regional com os problemas econômicos decorrentes da cacauicultura.

As reformas sociais pactuadas no âmbito do “Consenso de Washington”, dentre elas a da educação, cuja tônica é a descentralização, passando aos municípios a tarefa de execução, seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Com a eleição presidencial em 1989, os cargos na CEPLAC são assumidos por partidários não alinhados politicamente ao governo do Estado da Bahia. Em decorrência disto, assistiu-se, à época, a uma disputa de poder político entre representantes dos governos, o federal, tendo à frente a CEPLAC, e o estadual, em torno da transferência do patrimônio da Universidade, somente solucionada após o realinhamento do poder entre as duas esferas governamentais, em 1990, com a eleição do Sr. Antônio Carlos Magalhães para o governo do Estado.

Criam-se, assim, condições políticas favoráveis ao estabelecimento de ordem jurídico-institucional para transferência do patrimônio, pré-requisito para criação da Universidade.

Assim é que, em 5 de dezembro de 1991, é assinada a Lei 6.344 de criação da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Com a criação da UESC, a Instituição encarta-se no orçamento do Estado e deslançam-se os processos necessários ao seu reconhecimento, credenciamento e ao pleno funcionamento.

CONCLUSÕES

O exame das relações entre Universidade e espaço regional deste estudo remete à consideração de que a territorialidade do Ensino Superior se traduz na formação de processos identitários locais, em recíproco sentimento de pertencimento. Nesse processo, destaca-se das demais Universidades Estaduais da Bahia, a UESC, que é fruto de ações reivindicatórias da comunidade regional desde a sua gênese como escolas isoladas e privadas até conquistar o *status* de Universidade, em caráter público.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A análise dessa evolução está estreitamente relacionada com aspectos econômicos, políticos e sociais regionais, os quais condicionaram a trajetória da Universidade. Inicialmente instaladas como escolas isoladas nos Municípios de Ilhéus e Itabuna, as faculdades sofreram um processo de aglutinação em Federação de Escolas, conforme dispositivos legais, resultante de um efervescente processo de mobilização da sociedade local, liderada por organismos ligados à cacauicultura, base da economia regional, que aspirava a instalação de uma Universidade na região e proporcionou as condições materiais para a instalação física de um *campus* universitário.

Nessas relações, desencadeia-se um jogo de poder político e econômico, hegemônico à época, que definiu o caráter da Instituição e as formas de relacionamento que esta tinha com a sociedade.

O *débâcle* da economia cacauera foi responsável pela mudança no foco do poder e a ação reivindicatória da sociedade regional culminou com o comprometimento do Estado na manutenção e providências legais para instituição da UESC.

Hoje, as ações da Universidade têm alcance que ultrapassam sua área de influência e a UESC é referência da Educação Superior identificada umbilicalmente com a região onde está inserida. Em sua complexidade descortina-se a vivência e a realidade regional. Conclui-se, assim, que suas ações são materializadas no lugar, territorializando-as, embora contextos mais amplos devam ser considerados no âmbito de futuras pesquisas.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 160-169.
- CEPLAC. **Redefinição das relações Ceplac/Fundação Santa Cruz**. Ilhéus (BA), 1987. 20 f. Documento elaborado por Grupo de Trabalho designado pela Portaria 669, de 19 outubro de 1987.
- FIALHO, Nádia Hage. **Universidade multicampi: modalidade organizacional, espacialidade e funcionamento**. 2000. 393 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MIDDLEJ, Ernani Cavalcante. **Estudo dos efeitos causados pela descontinuidade administrativa na estrutura organizacional da CEPLAC**. 1991. 41 f. Monografia (Especialização em O.S.M.) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- NASCIMENTO, Dinalva Melo do. Da universidade do sul da Bahia à Universidade Estadual de Santa Cruz: uma história em construção. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Relatório de Atividades**. Ilhéus (BA), 1995. Projeto de Avaliação Institucional / Comissão de Avaliação Institucional. Texto elaborado para auxiliar no processo de auto-avaliação da UESC.
- SANTOS, Milton. **Metamorfozes do espaço habitado**. 5ª ed. São Paulo : HUCITEC, 1997. (Geografia: Teoria e Realidade, 16 – Série “Linha de Frente”)
- SANTOS, Norma Lúcia Vídero Vieira. **Processos identitários da universidade pública no contexto atual: um estudo de caso na região Litoral-Sul da Bahia**. 2004. 313 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SERPA, Luiz Felipe Peret; CUNHA, Maria Couto. Sociedade e ensino superior no Brasil: A diferente trajetória do caso baiano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo (SP): Associação Nacional de Política e Administração da Educação, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Credenciamento da Universidade Estadual de Santa Cruz: trajetória político-institucional**. Ilhéus (BA): Editus, 1999. 100p.